

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Grandes desafios de Lula

FOTOMONTAGEM/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC



Após o Carnaval, o governo e o Congresso Nacional enfrentam desafios significativos para avançar em pautas prioritárias e resolver problemas estruturais do País. Entre as principais dificuldades estão a inflação, o preço alto dos alimentos e um tema que tem monopolizado o País: “Anistia Já” e “Sem Anistia”. O deputado petista Bohn Gass (na foto, à esquerda) defende a diminuição dos custos dos alimentos e dos combustíveis. Do PP, Afonso Hamm (na foto, à direita) chama os ministros de Lula de “banda desafinada”.

Construção de consensos

Com a reforma ministerial em andamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem que colocar nos pontos-chave pessoas que tenham trânsito junto ao Parlamento. A deputada Gleisi Hoffman, nas Relações Institucionais, é uma tentativa. O governo tem que negociar com o Congresso para aprovar projetos estratégicos, mas enfrenta resistência de grupos políticos com interesses divergentes, tornando difícil a construção de consensos.

Pressão por gastos públicos

Cada vez mais parlamentares e a população, de um modo geral reclamam dos gastos públicos. Dizem que o governo poderia fazer mais a esse respeito, além de promessas e narrativas. Há demandas por aumento de investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura, mas o orçamento é limitado e há necessidade de controle do déficit fiscal.

Custos dos alimentos e combustíveis

Na avaliação do deputado federal gaúcho Bohn Gass (PT), um dos grandes desafios do presidente Lula e também do Congresso Nacional é manter a economia crescendo. A segunda coisa mais importante, na visão do parlamentar gaúcho, “é nós conseguirmos diminuir os custos dos alimentos e dos combustíveis, e a terceira coisa da política é a gente avançar no processo da democracia”.

Banda desafinada

Na opinião do deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PT), “o presidente Lula tem um grupo grande de ministros, que é uma ‘banda desafinada’, que muitos, vamos dizer assim, não têm o preparo para estar como gestores, não tem uma interlocução. Lula não focou nas principais questões que é fazer a administração e a gestão do País”.

Vereadores retomam sessões com projetos polêmicos

Após feriado de Carnaval, pauta do Legislativo prevê temas controversos

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz

sofae@jcrs.com.br

Encerrado o feriado de Carnaval, a Câmara de Porto Alegre retoma as suas atividades nesta quarta-feira de cinzas. Na sessão plenária, serão discutidos vetos parciais ou totais a projetos de lei protocolados pelos próprios vereadores. As proposições a serem discutidas compreendem temáticas diversas, como a criação de políticas municipais a pessoas desaparecidas e do programa Farmácia Veterinária Solidária.

Os projetos mais polêmicos, no entanto, estão agendados para a pauta da semana seguinte. A proposição que impõe restrições a condenados por ocupação de imóveis públicos e privados, assinada pelos vereadores Comandante Nádia (PL), Fernanda Barth (PL) e Jessé Sangalli (PL), entrará em discussão no plenário no dia 12 de março. No texto, os parlamentares propõem que condenados por ocupações devem passar cinco anos sem participar de programas de assistência social e habitacionais, além de estarem vedados de receber benefícios ou incentivos fiscais. Os indivíduos ainda serão proibidos de receber nomeação a cargos ou se inscrever em concursos públicos. As proibições dizem respeito apenas à esfera municipal.

A proposta tem dividido opiniões dos parlamentares de partidos identificados com a direita



EDERSON NUNES/CMPA/JC

Uma das matérias a serem discutidas em plenário altera a licença-prêmio

e com o centro. A maioria dessas bancadas afirma preferir uma proposição mais branda, construída a partir da adição de emendas. Na contramão, a bancada do Novo, composta pelos vereadores Thiago Albrecht e Ramiro Rosário, protocolou adendos que inserem punições aos condenados. “Queremos fazer com que o cerco contra esses criminosos seja fechado ainda mais na cidade”, disse Rosário, líder do partido na casa. Ao todo, somam-se oito emendas ao texto original.

O projeto que altera as regras da licença-prêmio, bônus recebido por servidores públicos, entrará na pauta do plenário municipal na mesma semana, agendado para o dia 10 de março. A proposição, enviada à Câmara pelo Executivo, prevê a modificação do funcionamento da licença-prêmio, estabelecendo que o bônus deve ser pago em forma de indenização

nos casos de aposentadoria, exoneração ou falecimento.

A legislação também impedirá a acumulação do bônus por mais de 90 dias e tornará obrigatório o uso da licença nos cinco anos subsequentes à aquisição, em parcelas de, no mínimo, 15 dias.

Atualmente, a cada cinco anos trabalhados sem faltas e sem processos, o funcionário do município recebe três meses de afastamento remunerado, que pode ser usufruído ou convertido à aposentadoria. Esse mecanismo pode ser usado como um equivalente ao FGTS, benefício concedido aos trabalhadores do serviço privado, o que não será mais possível caso a proposta seja aprovada.

Segundo o vereador Idenir Cecchim (MDB), líder da base governista no Parlamento, o projeto já possui votos para a sua aprovação, contudo, disse que não há pressa para a votação.

STF confirma decisão de Flávio Dino sobre emendas

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade, a decisão do ministro Flávio Dino que destravou as emendas parlamentares. Todos os 10 ministros concordaram com Dino na decisão que aprovou o plano de trabalho apresentado pelo Executivo e Legislativo para dar mais transparência e rastreabilidade às emendas.

O julgamento aconteceu pelo plenário virtual do STF - modalidade de julgamento em que os ministros protocolam seus votos no sistema do Supremo, sem que

haja uma sessão para a leitura individual do posicionamento de cada ministro. Apesar de o julgamento só se encerrar nesta quarta-feira, 5 de março, todos os 11 ministros já se posicionaram no caso.

No plenário virtual, os ministros podem apenas concordar com o relator ou divulgar um voto próprio. O ministro Alexandre de Moraes, por exemplo, foi um dos que publicou o voto escrito. Ele afirmou que o plano de trabalho apresentado pelo Executivo e Legislativo indica uma “aprendizagem institucional” de conciliar a realidade política e administrativa do orçamen-

to público com o cumprimento da Constituição.

Ele também avaliou que, na relatoria de Dino, o processo sobre emendas “assumiu, de modo adequado, feições dialógicas e colaborativas, chamando-se todos os órgãos envolvidos a apresentarem explicações sobre a realidade das execuções de emendas parlamentares”. Para Moraes, os esforços de conciliação resultaram no “amadurecimento” de critérios e procedimentos para a execução das emendas que, em geral, “atentam para os vetores principiológicos afirmados pela corte”.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323